

AS CRIANÇAS E O DIREITO À CIDADE E AO BRINCAR EM MARAVILHA/AL

Children and the right to the city and to play in Maravilha/AL

Jennyffer Mayrla Silva Bezerra
Universidade Estadual de Alagoas

Karla de Oliveira Santos
Universidade Estadual de Alagoas

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é observar como as crianças ocupam a cidade de Maravilha/AL, suas interações nos espaços urbanos utilizados pela população para o lazer e, especificamente, para o brincar pelas crianças. A investigação possui uma abordagem qualitativa, através de levantamento bibliográfico, a partir de referenciais teóricos que abordam análises sobre o direito à cidade e sua relação com a infância. Também realizamos um estudo de caso, coletando dados entre os meses de junho até novembro de 2023, na Secretaria Municipal de Infraestrutura e nas observações sistemáticas em espaços públicos da cidade utilizados pelas crianças. O direito ao brincar é fundamental para um desenvolvimento saudável, estimulando as habilidades físicas, cognitivas e emocionais das crianças. Em Maravilha/AL, elas ocupam os espaços públicos, exercendo sua autonomia, criatividade e inventividade. Ademais, evidenciou-se que, mesmo em lugares inadequados, elas resistem e criam formas de se apropriar dos espaços públicos para brincar.

Palavras-chaves: Infância; Direito à cidade; Direito ao brincar.

ABSTRACT

The aim of this research is to observe how children occupy the city of Maravilha/AL, their interactions in the urban spaces visited by the population for leisure and, specifically, for children to play. The research has a qualitative approach, through a bibliographic research, based on theoretical references that focus on analysis of the right to the city and its relationship with childhood. We also carried out a case study, collecting data between June and November 2023 at the Municipal Infrastructure Department and through systematic observations in public spaces in the city frequented by children. The right to play is fundamental for healthy development, since it stimulates children's physical, cognitive and emotional abilities. In Maravilha/AL, they occupy public spaces, exercising their autonomy, creativity and inventiveness. Furthermore, we noticed that, even in unsuitable places, they resist and create ways of appropriating public spaces to play.

Keywords: Childhood; Right to the city; Right to play.

INTRODUÇÃO

As cidades, como espaços relevantes e dinâmicos, representam um papel significativo na formação de experiências infantis e no seu desenvolvimento biopsicossocial. Desde os espaços disponibilizados para o lazer e recreação até o acesso dos serviços públicos, a cidade se manifesta diretamente no modo como as crianças vivenciam sua jornada de participação no mundo.

A paisagem urbana mudou rapidamente nas últimas décadas, devido ao desenvolvimento de sua arquitetura física, muitas vezes com uma ocupação desordenada, afetando diretamente a forma como as crianças vivenciam e percebem o mundo ao seu redor. A urbanização acelerada provocou mudanças significativas nas estruturas urbanas, com impactos diretos nas experiências das crianças em viver na cidade. Como resultado, questões como o acesso ao lazer e à segurança vêm à tona, afetando a maneira como as crianças experienciam a sua infância nos espaços públicos e no aprisionamento de seus corpos em espaços fechados para a experimentação das brincadeiras.

Segundo Faria (2021), o direito à cidade não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas, definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito.

Historicamente, os lugares destinados ao brincar têm sido relacionados ao ambiente doméstico e escolar. No contexto atual, as novas tecnologias, os meios digitais e as formas de comunicação, possuem um grande impacto nas experiências das crianças. Em relação ao brincar livre, Dodge e Martins (2021) falam que especialistas têm se preocupado sobre o declínio da brincadeira entre as crianças e têm reforçado sua importância para o desenvolvimento saudável.

Todo espaço é fundamental para o desenvolvimento de uma criança, pois o brincar não é apenas uma atividade, mas uma experiência interna que molda sua identidade. Portanto, Dodge e Martins (2021) dizem que o brincar é o meio pelo qual as crianças interagem com o mundo, constroem relações com os outros e descobrem a si mesmas.

Sendo assim, entendemos que as crianças brincam não apenas em espaços direcionados para elas, como parques infantis, mas também em outros espaços urbanos, como praças e ruas, apropriando-se destes espaços, interagindo e se relacionando com os seus pares e com os adultos.

A partir do exposto, a pesquisa foi realizada no município de Maravilha/AL, localizada no sertão, distante 232km da capital Maceió. Tendo a seguinte problemática: Como as crianças de Maravilha/AL ocupam a cidade e usufruem do direito ao brincar?

O objetivo deste estudo é observar como as crianças ocupam a cidade sertaneja de Maravilha/AL, suas interações nos espaços urbanos utilizados pela população para o lazer e especificamente, para o brincar

pelas crianças. A metodologia adotada é de cunho qualitativo, com pesquisa bibliográfica, estudo de caso e observação direta.

AS CRIANÇAS E SUA RELAÇÃO COM A CIDADE

A cidade nos faz refletir acerca da sua organização, dos territórios e das suas arquiteturas que permitem residir, movimentar e estabelecer vínculos de convivência. A forma como será governada nos interessa ao pensar como o Estado promove a relação da criança na cidade. Nesse contexto, Schérer (2009, p.17) afirma:

A sociedade em que adultos e crianças se encontram misturados no trabalho e nas diversões, nas festas e cerimônias, cede o lugar àquela - a nossa - em que a infância, cuidadosamente segregada, torna-se um objeto específico de atenção no plano social: daí em diante, suas tarefas e brincadeiras terão o único objetivo de contribuir para a própria formação (Schérer, 2009, p.17).

Os centros urbanos apresentam características e histórias que fazem parte da construção desses espaços, assim como faz parte da infância cultivar memórias. Tais características podem se tornar momentos importantes e singulares durante a infância. A partir da perspectiva de Tavares (2020, p.171), “[...] os adultos devem apresentar as crianças ao mundo possibilitando a construção de si e do outro. Este é o sentido da responsabilidade dos adultos, mostrar para as crianças o mundo em que vivemos”.

Para compreender o vínculo entre a cidade e a infância no entendimento do campo da geografia, utilizaremos o conceito de espaço para nos referirmos à cidade. Os estudos que se referem à cidade enquanto espaços estão associados com o ser humano no processo de identidade e relações com o seu meio.

A Sociologia da Infância também contribui com a discussão apresentada, pois defende que a infância acontece a partir do lugar onde ela é experimentada de um universo de circunstâncias e ambientes que serão proporcionados. Conforme argumentado por Lopes (2013), deve-se observar a infância sob uma perspectiva cultural e sociológica, sendo importante entender que não há uma única infância universal e que a construção social deste período da vida varia amplamente entre as diferentes sociedades, havendo uma pluralidade de experiências de infância que existem nas mais diversas sociedades.

Logo, pensar a existência das crianças nos espaços urbanos é também discutir como se constitui a infância na contemporaneidade diante do contexto social na qual está inserida. Assim, as crianças se constituem como cidadãs participativas na sociedade, atribuindo significados à realidade que os cerca como sujeitos que possuem suas próprias expressões e culturas, ou seja, sujeitos ativos e de direitos. Como define Lopes (2018, p. 124), as crianças possuem “[...] linguagem espacial própria, uma memória espacial, uma vivência espacial, que difere das vivências dos adultos”, tornando-se atores sociais capazes

de ressignificar a sua autonomia, antes não reconhecida pelo olhar adultocêntrico e colonizador sobre as infâncias.

O lugar onde vive e com quem convive, onde brinca e como brinca, influencia diretamente na cultura infantil. Através dos estudos da geografia das infâncias, pode-se entender que os espaços que possibilitam o desenvolvimento pleno das crianças, e mesmo aqueles que não proporcionam, estão intrinsecamente envolvidos nessa relação das crianças nas cidades. Para Lopes e Fernandes (2018), a compreensão da infância e a vida das crianças requer um olhar atento às suas produções socioespaciais, já que estar em diferentes locais do planeta influencia diretamente na produção da diversidade infantil. Por essa razão, o espaço geográfico desempenha um papel vital nesse processo e não pode ser negligenciado.

Também é predominante a influência das pessoas adultas ao ponto de as crianças incorporarem a cultura do adulto. De acordo com Santos (2022, p. 101),

[...] a criança vive a infância onde está inserida, da forma que lhe é apresentada e lhe é possível, uma vez que suas primeiras experiências, em princípio, são pautadas pelas escolhas das pessoas adultas que dela cuidam e educam (Santos, 2022, p. 101).

Refletir sobre a vida das crianças no espaço urbano é pensar nessas crianças como sujeitos que devem transitar livremente nos espaços públicos e não somente na escola ou na sua casa. Os ambientes ao ar livre, as ruas, praças e parques são importantes para desenvolver e amadurecer as habilidades sociais, pois ali as crianças convivem e trocam experiências significativas. Tornar os espaços públicos limitados às crianças demonstra a ideia de domesticidade, de um corpo que possa ser controlado.

As crianças possuem bastante competência para usufruir dos espaços e dar sentidos a eles, estabelecendo relações afetivas com os lugares e descobrindo novas coisas e aprendizagem, modificando os espaços, os quais tornam-se lugares de pertencimento e de cultura infantil. E ao permitir que as crianças tenham acesso a diferentes formas de expressão cultural, amplia-se os seus horizontes. Conforme Didonet (2021), se as crianças são cidadãs e a cidade também é delas, tem-se como consequência que as crianças opinem e deem sugestões sobre o formato, a disposição, os serviços, enfim, o modo de ser cidade.

O processo cultural se constrói pelos sujeitos, que oferecem os meios para apoderar-se dos espaços. A partir disso, as peculiaridades humanas transformam as paisagens, fazendo com que elas se tornem também humanas, reconhecendo-se e atribuindo significados. Para Claval (2007, p.14):

A cultura é constituída de realidades e signos que foram inventados para descrevê-la, dominá-la, verbalizá-la. Carrega-se, assim, de uma dimensão simbólica. Ao serem repetidos em público, certos gestos assumem novas significações. Transformam-se em rituais e criam, para aqueles que os praticam ou que os assistem, um sentimento

de comunidade compartilhada. Na medida em que a lembrança das ações coletivas fundem-se aos caprichos da topografia, às arquiteturas admiráveis ou aos monumentos criados para sustentar a memória de todos, o espaço torna-se território (Claval, 2007, p.14).

As crianças dispõem de direitos que precisam ser considerados para a criação das políticas públicas, para além das políticas de assistencialismo e de punição. Os espaços devidamente organizados para o lazer e convivências tendem a ser negligenciados, sobretudo para as crianças das camadas populares. Sobre o exercício da criança cidadã, Cotrim et al. (2009, p.59-60), define:

Os conhecimentos sobre o uso do espaço pelas crianças podem fornecer elementos que auxiliem no planejamento urbano, principalmente no que se refere à disponibilização de áreas para que as crianças possam exercer seus direitos relacionados ao pleno desenvolvimento e a conquista de cidadania (Cotrim et al., 2009, p.59-60).

Há uma grande diversidade na exploração e experimentação que é estar nas ruas e espaços onde as crianças possam ser livres. É dar oportunidade de criar experiências culturais e ampliar significativamente a socialização entre crianças e crianças, e com adultos, mas se a criança permanece sempre nos ambientes fechados, condomínios, outras residências e shopping centers, aumentam-se as chances de ela ter trocas com pessoas iguais às que convive e, na maioria das vezes, com adultos.

No que diz respeito a esses ambientes, Gobbi (2018, p. 10) esclarece que é “[...] importante para a reprodução do capitalismo, porém, perverso, cuja autonomia passa a ser confundida com descaso das famílias ou outros responsáveis”. O sistema capitalista tem um impacto profundo na infância, especialmente quando se trata de brincar e aproveitar o lazer nas cidades. Embora as crianças tenham direitos garantidos por leis internacionais, a realidade é que muitas vezes esses direitos são violados, principalmente em áreas urbanas onde o ritmo acelerado da vida nos impede de valorizar a importância do brincar na infância. Nesse sistema econômico, as crianças são expostas a diferentes valores e expectativas, que influenciam no seu modo de vida.

Sobre o direito à cidade, Lefebvre (2001) discute acerca das necessidades urbanas que demandam locais qualificados de espaços para interação e conexão, onde a troca de experiências não deve ser regida pelo valor comercial ou lucrativo. O autor propõe que a construção social do espaço urbano deve partir de uma abordagem disruptiva que questiona a estruturação tradicional adotada pelas sociedades capitalistas. A criação de uma nova cidade só seria viável se fosse estabelecida em bases inteiramente renovadas, sob diferentes circunstâncias e dentro de uma sociedade dissimilar, superando, dessa forma, a organização social capitalista. Sua reflexão revela que o desenvolvimento urbano pode seguir novas diretrizes, abrindo espaço para uma configuração mais equitativa e inclusiva do espaço urbano.

Para pensar as relações sociais, Alves et al. (2019, p.355) argumenta que:

Por meio das práticas sociais, as pessoas interagem com o meio em que vivem, assim educam-se por meio das interações e dos relacionamentos possibilitados com as demais pessoas e com os objetos do mundo. Reconhecemos que por meio dessas práticas a pessoa conhece o mundo, interage com ele e com as outras pessoas, significa-o e ressignifica-o, se constrói enquanto humano, se abre para o novo, educa-se. Assim, as práticas sociais compõem uma rede de movimentação, na qual as ideias e entendimentos sobre o mundo e a cotidianidade estão em contínuo processo de formação, construção e transformação (Alves et al., 2019, p.355).

Diante disso, para que ocorra a socialização nos espaços urbanos, eles devem ser adequados para uso e circulação de pessoas, sendo essencial que haja equipamentos multifuncionais que permitam, principalmente às crianças, maior oportunidade de movimentação corporal e de brincadeiras. Um dos grandes desafios das cidades é oferecer espaços públicos seguros para as crianças brincarem e socializarem entre si. Muitas vezes, as crianças são limitadas por espaços pequenos ou inseguros, o que pode gerar consequências negativas, como a falta de interação com outras crianças e o estímulo ao brincar, à autonomia, à criatividade e à invenção serem podados. Além do mais, é importante que os espaços públicos sejam inclusivos, permitindo a interação entre crianças de diferentes idades, gêneros e culturas.

De acordo com Didonet (2021, p.33):

É preciso acreditar nas crianças e na sua capacidade de percepção, de análise e de contribuição a um desenho de cidade mais humana, mais inclusiva de todos os seus cidadãos, de todas as idades e características de desenvolvimento. Sua forma de participar é poliédrica. Cabe aos adultos captar os sentidos de suas manifestações, entender as suas múltiplas linguagens (Didonet, 2021, p.33).

Para utilização e presença cotidiana das crianças nos espaços públicos da cidade, como praças, parques e ruas, é primordial que aconteça a manutenção e preservação dos equipamentos públicos; se não ocorre as manutenções devidas nos brinquedos, isso acaba intervindo na apropriação desse espaço pelas crianças, tornando-se inseguro e inadequado para uso. Mesmo em algumas cidades com espaços inseguros e degradados, as crianças seguem resistindo, inovando, criando e utilizando esses espaços.

Corroborando com a discussão, Santos (2022, p.116) diz que:

As crianças inventam formas de viver e sobreviver, mesmo se há muralhas, invertem a lógica adulta e ocupam espaços não determinados por fronteiras físicas, incomodando com sua algazarra infantil, suas perguntas, brincadeiras, choros, corpos, gênero, cor, inversões e invenções. Ao ocuparem os espaços, ou mesmo sem poder ocupá-los, denunciam nossas limitações e nos incitam a pensá-los – os espaços – considerando que há culturas infantis e que

faz parte da nossa relação com as crianças, reconhecê-las e possibilitar sua existência nesse mundo (Santos, 2022, p.116).

A garantia do espaço para a convivência e as brincadeiras se tornam um recurso fundamental para expandir o repertório de vida das crianças, e ao assegurar esse espaço, estamos fortalecendo no sujeito sua capacidade de criar, pensar e cooperar coletivamente.

Entende-se que as ruas e outros espaços ao ar livre são lugares que devem propiciar o exercício do brincar, do conviver e da interação da infância livre, distante do autoritarismo do adulto, que ultrapasse a barreira do ambiente doméstico e dos muros da escola. Anjos e Gobbi (2020) enfatizam que as pesquisas educacionais e urbanas reforçam a importância de valorizarmos as vozes infantis nas cidades, de maneira que as crianças sejam ouvidas não apenas em ambientes escolares, mas também nas ruas e praças, percebendo o que as crianças têm a dizer sobre o mundo que as cerca.

As crianças devem experienciar os ambientes livres e ocupar os lugares como sujeitos coletivos e afirmativos, rompendo com a lógica de segregação socioespacial, especialmente direcionada às crianças das camadas populares. No entendimento de Santos (2022, p. 118),

[...] as crianças são presentes e estão presentes nas cidades. Ignorá-las não negará sua existência, afinal diante de realidades tidas como invisíveis, é preciso sonhar-lutar-construir direitos, invenções e inversões possíveis (Santos, 2022, p. 118).

Cabe à gestão pública enfrentar os percalços para a superação das negligências quanto aos espaços públicos; criar espaços lúdicos visando o acolhimento de todos, favorecendo as relações e o respeito pelas especificidades das crianças, reconhecendo-os enquanto sujeitos sociais, históricos e coletivos que devem ter seus direitos respeitados e suas infâncias integralmente asseguradas. Tais características estão explícitas nas palavras de Santos (2022, p.117), quando pontua que:

Há brincadeiras, cantigas, curiosidades, risos, pinturas, cuidado, atenção, invenções e inversões infantis que permitem adentrar no espaço que elas habitam, e sequer imaginamos. E elas resistem! E nos apontam alternativas! Sua azáfama individual ou coletiva, curiosidade, ações, pensamentos, sugestões, inflexões, sinalizam e marcam sua presença e sua potência de agir como habitante de qualquer espaço onde se encontre, fazendo-nos rever construções, instituições e invenções que simplesmente as aprisionam e considerar configurações várias de seu agir nos territórios, com suas formas de atuar e viver (Santos, 2022, p.117).

A construção da ideia das ruas e ambientes públicos como lugar adequado para cultura lúdica é pouco discutido, visto que ainda não é reconhecido pela sociedade como lugar que também é capaz de propiciar o desenvolvimento infantil, já que estar nesses lugares contribui para o olhar e a percepção das crianças do lugar onde elas vivem. Essa vivência na infância contribui para a formação da criança, aprendendo desde cedo

a partilhar e conviver em lugares públicos, cooperando para a preservação dos espaços, desenvolvendo sua autonomia e criatividade.

Gobbi (2017) explica que a presença transformadora das crianças se faz notar nas mais diversas facetas, realçando a singularidade e resistência que caracterizam a desigual apropriação do espaço urbano. Sua existência e movimento impulsionam uma reflexão crítica acerca da luta pela própria estrutura da cidade.

Os espaços urbanos e públicos de maneira ideal devem ser pensados para o convívio das crianças, primordialmente lugares para o exercício de ser criança e para o brincar. Em outros termos, lugares que sejam propícios para momentos ricos, que a partir das trocas sejam capazes de modificar a história. São neles que as crianças aprendem a brincar, conviver, interagir e a estabelecer sua autonomia e identidade. Por isso, esses espaços devem ser acessíveis e democráticos para permitir que todas as crianças possam desfrutar deles. Assim, as crianças aprendem sobre o mundo e desenvolvem habilidades importantes para a vida adulta, como a criatividade, a resolução de problemas e o trabalho em equipe. Além disso, a interação com outras crianças em ambientes menos autoritários e mais livres permite que elas experimentem diferentes formas de sociabilidade.

Entendendo que, assim como todos os cidadãos têm direito de participarem ativamente da construção de políticas públicas, as crianças enquanto cidadãs também devem usufruir desses direitos que afetam a sua vida. Como citado por Gobbi et al. (2021, p. 120),

[...] se os Estudos da Infância abordam as crianças como sujeitos de direitos, agentes e protagonistas, participantes da produção de cultura, é necessário ampliar esse debate, refletindo sobre elas também como constituidoras da cidade, tal como a forma de ser e viver a cidade as constituem (Gobbi et al., 2021, p. 120).

Há debates e documentos que normatizam esse direito, a exemplo do Marco Legal pela Primeira Infância (2016), que é uma iniciativa importante para garantir o bem-estar das crianças nos primeiros anos de vida, estabelecendo em seu artigo 17º:

Art. 17 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão organizar e estimular a criação de espaços lúdicos que propiciem o bem-estar, o brincar e o exercício da criatividade em locais públicos e privados onde haja circulação de crianças, bem como a fruição de ambientes livres e seguros em suas comunidades (Brasil, 2016).

É importante destacar também a Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que são instrumentos legais garantidores de direitos para as crianças. Essas normativas, de modo geral, estabelecem que as crianças têm direito à proteção, à educação, à saúde, à alimentação adequada, à moradia e ao lazer. O que se almeja é que as crianças estejam ativamente à frente das tomadas de decisões relacionadas às cidades.

Didonet (2021) diz que a criança é um personagem da cidade e acrescenta que se os direitos da criança se compõem de três conjuntos – proteção, promoção e participação –, também na relação com a cidade, ou seja, na vivência da cidadania, ela precisa ser protegida, contar com os meios de desenvolvimento do seu potencial e carece ser considerada como ser participante. A interação na cidade é parte da formação básica do cidadão e condição de vivência da cidadania.

A criação de espaços seguros para o brincar, como parques e praças, torna-se fundamental para a infância e deve ser uma prioridade para os governos. Reconhecendo que o brincar é essencial para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, que através da brincadeira elas aprendem a se comunicar, a resolver problemas e a desenvolver empatia e solidariedade.

A gestão pública deve se empenhar em criar ambientes mais seguros e acolhedores para as crianças. Isso inclui desde a construção de parques e praças, até a implementação de políticas públicas que garantam o direito das crianças ao brincar, para além dos muros da escola. É fundamental que as políticas públicas voltadas para a infância sejam efetivas e abrangentes, garantindo o acesso de qualidade aos parques e praças, além de promover a segurança nas ruas e nos espaços públicos.

O PERCURSO METODOLÓGICO

A investigação possui uma abordagem de pesquisa qualitativa, através de levantamento bibliográfico, a partir dos principais referenciais que abordam o direito à cidade e sua relação com a infância (Gobbi, 2017; Lopes, 2018; Cotrim et al, 2009; Lefebvre, 2001; Tavares, 2020; Santos, 2022). Também realizamos uma coleta de dados junto à Secretaria de Infraestrutura do município de Maravilha - AL, visando obter informações sobre a quantidade de espaços públicos disponíveis para o lazer. Utilizamos o estudo de caso, por meio da observação sistemática, para compreender como acontece as interações e brincadeiras entre as crianças e com os adultos nos espaços públicos pesquisados. Além disso, foi observado o estado de conservação dos brinquedos, se o ambiente é adequado para a circulação das crianças e a maneira pela qual elas se apropriam e ocupam estes espaços.

O município de Maravilha, lócus da pesquisa, está localizado no sertão alagoano, possui 10.276 habitantes e IDH de 0,563, estando a 232 km da capital Maceió. Foi realizado no dia 23 de junho de 2023 um levantamento de dados junto à secretaria de infraestrutura do município, a fim de obter o quantitativo de espaços públicos na cidade utilizados pela população para o lazer. Constatamos que o município possui em sua zona urbana seis praças, uma quadra esportiva, um estádio de futebol e a orla da Lagoa do Pico. Porém, estes espaços não possuem equipamentos públicos para as crianças brincarem. Das seis praças, somente uma possui equipamentos próprios e adequados para uso e circulação de crianças, com balanços, escorregadores e gangorras; tal local se torna o ponto de encontro das crianças na cidade.

Para entender como as crianças se apropriam de tais espaços e como eles são organizados por toda cidade, utilizamos como instrumento de pesquisa a observação sistemática. Ao observar a realidade do brincar nos espaços públicos, revela-se a presença de crianças engajadas em brincadeiras livres, utilizando os recursos disponíveis em determinados ambientes. Sobre o brincar livre, Dodge e Martins (2021) afirmam que o brincar livre, também chamado de brincar não estruturado, possui quatro características, a saber: (1) é qualquer comportamento, atividade ou processo liderado, controlado e estruturado pela criança e de livre escolha dela, (2) sem ou com mínima transferência do adulto, (3) sem expectativa de resultados ou com resultados definidos pela criança, (4) não requer material específico, a criança é quem decide.

Nessas ocasiões, é comum ver as crianças explorando os espaços e interagindo entre si, utilizando elementos naturais para criar suas próprias atividades. Essas observações demonstram como o brincar nos espaços públicos estimulam a autonomia, a criatividade e suas potencialidades enquanto sujeitos ativos e afirmativos de direitos.

A observação sistemática das crianças no espaço público é um campo de estudo primordial para compreendermos a infância e a vivência das crianças nas cidades. A partir dessa perspectiva, é possível analisar como as crianças interagem com o meio social, como se apropriam dos espaços públicos e quais são suas necessidades enquanto cidadãs. Observar a realidade permite identificar os aspectos que favorecem ou dificultam o desenvolvimento pleno das crianças, como a existência de áreas verdes, parques e equipamentos apropriados (Machado; Kuhn, 2013).

Quando se trata de pesquisas com as crianças, dar visibilidade a elas se torna uma questão fundamental para compreender como elas percebem e interagem com o mundo ao seu redor. As crianças são seres observadores, capazes de captar nuances e expressões que muitas vezes passam despercebidas aos olhos dos adultos.

Ao realizar pesquisas com crianças, o pesquisador, antes de mais nada, precisa ter um olhar sensível sobre as infâncias. O movimento de descolonização da infância questiona e desconstrói os padrões e ideias estabelecidos sobre o que é a verdade na forma como educamos e tratamos as crianças. Ao descolonizar a infância, reconhecemos a importância da pluralidade de experiências, culturas e perspectivas, em contraposição à imposição de uma única narrativa.

A participação das crianças em pesquisas não é recente, mas apesar disso, é comum vermos mais pesquisas sobre infâncias relacionadas à educação. Esses estudos observam e analisam a criança na condição de aluno, geralmente no contexto da instituição educativa. Buscam compreender as falas e produções das crianças, interpretando-as a partir de sua adequação ou não aos objetivos da escola. Castro (2016, p. 2) enfatiza que,

[...] estudar a infância não como algo exterior à própria sociedade, que precisa ser integrado e socializado, mas como um segmento que está inserido nas relações de controle social dos adultos sobre as crianças e na

produção e reprodução cultural pelas próprias crianças (Castro, 2016, p. 2).

Segundo Francischini e Fernandes (2016), a partir do campo da Sociologia da Infância há uma abordagem que reconhece as crianças como participantes sociais dotadas de competências e capazes de influenciar de forma significativa os diferentes contextos em que estão inseridas. Assim, é necessário adotar uma abordagem metodológica inovadora, incentivando a participação das crianças no processo da pesquisa. As autoras complementam ainda que as interações durante o processo de investigação podem tanto encorajar como impedir o desenvolvimento da autonomia e ampliação dos recursos que a criança utiliza para compreender o mundo ao seu redor.

Desenvolver pesquisas com crianças nos espaços públicos da cidade é crucial para o desenvolvimento de políticas e intervenções mais efetivas e inclusivas. Através dessas pesquisas, é possível que suas vozes sejam ouvidas e consideradas na formulação de estratégias de planejamento urbano e na criação de espaços de lazer mais adequados para elas. Promover pesquisas com crianças também contribui para a valorização do protagonismo infantil e o fortalecimento da participação cidadã desde a infância.

AS CRIANÇAS OCUPAM A CIDADE DE MARAVILHA/AL

Durante o período entre 29 de setembro de 2023 a 11 de novembro de 2023, foram realizadas observações em locais públicos do município de Maravilha - AL, sendo eles: o estádio de futebol, a quadra esportiva e a Lagoa do Pico, e dentre as seis praças da cidade, foram visitadas duas, uma delas é a praça central da cidade, conhecida como a Praça da Preguiça, e a outra é a Praça Trindade. Contudo, a ênfase da observação acontece nesta última, onde existem brinquedos que são destinados para as crianças. Foi realizada uma observação semanal na Praça Trindade, avaliando a frequência de crianças nesse espaço e a maneira como elas brincavam livremente.

Os brinquedos disponíveis para o lazer das crianças estavam quase todos em boas condições de uso, somente o escorregador apresentou pequenos problemas e um dos balanços já tinha sido retirado da Praça Trindade. Apesar das limitações, as crianças buscam maneiras de aproveitar o espaço urbano disponível, utilizando assim as calçadas e ruas para brincar.

Embora as opções dos brinquedos na praça sejam poucas, as crianças têm se adaptado e encontrando formas alternativas de usar esse espaço. A cidade não possui índices de violência e alto fluxo de carros ou outros meios de transporte, por se tratar de uma cidade pequena do interior alagoano, diferentemente de cidades maiores, com grande fluxo de carros e pessoas. É pertinente dizer que,

[...] por sua vez, as ruas de tráfego intenso não são espaços de lazer para as crianças, visto que o fluxo de pessoas e veículos diversos impede e interrompe as ações infantis. Assim, não são um espaço de acolhimento, de

jogos e brincadeiras, mas um espaço a ser conquistado (Lopes; Fichtner, 2017, p. 770).

Esse espaço destinado às crianças é frequentado, em sua maioria, por crianças maiores desacompanhadas de seus pais ou responsáveis adultos. Isso ocorre porque essas crianças residem em lugares próximos a essa localidade, o que lhes permite acessar o espaço com facilidade. Mesmo que os pais não saibam, as crianças desempenham um papel ativo e consciente como protagonistas e cidadãos e o local onde elas vivem permite tal autonomia infantil.

No espaço, é possível encontrar crianças de diversas faixa-etária, entre um e nove anos de idade. Identificamos crianças desfrutando de experiências individuais de brincar ao tempo que são também experiências coletivas, cada criança ocupa esse espaço do seu modo. Ao iniciar esse percurso investigativo, notamos a presença de uma bebê de um ano acompanhada por seus responsáveis. Embora suas habilidades motoras ainda não sejam tão desenvolvidas como as de outras crianças maiores, ela consegue se apropriar desse espaço e brincar de forma significativa. Ao dialogar com a mãe, ela relata que frequenta sempre essa praça porque é bem próximo de sua residência e que a bebê está tão familiarizada com o ambiente que ela sempre chora ao ter que sair do balanço, que é o seu brinquedo favorito da praça.

Esse relato demonstra que mesmo sendo uma bebê, essa criança já indica a importância de querer ocupar esse lugar, como um sujeito de direitos. Como citado por Pito (2023), a chave para garantir o pleno direito dos bebês à cidade está no reconhecimento de sua presença e contribuição na construção dos espaços urbanos. Ela complementa que nesse caso, “[...] como produtores, os bebês têm direitos que vão além de passar ou transitar pela cidade (embora isso seja também importante)” (p. 275).

Ao se balançar e experimentar diferentes sensações e movimentos, está sendo promovido o seu desenvolvimento físico e sensorial. Além disso, ao participar dessa atividade da cultura infantil, ela está se inserindo e se conectando com os aspectos culturais próprios dessa fase da vida. Diante desse aspecto, Schneider (2004, p.20) enfatiza:

[...] compreender o brincar é reconhecer o direito das crianças à própria infância e à brincadeira livre, espontânea, em que elas não se limitam apenas a se apropriarem de uma parcela da vida experimentada ou observada, mas também alargá-la, condensá-la, intensificá-la, conduzi-la para novos caminhos e possibilidades (Schneider, 2004, p.20).

As crianças maiores são capazes de aproveitar ao máximo o espaço da praça, utilizando suas habilidades motoras e corporais de forma criativa para brincar e reinventar diferentes maneiras de se divertir. Ao explorar o ambiente e interagir com os pares, elas desenvolvem não apenas suas capacidades físicas, mas também cognitivas e emocionais. Durante as brincadeiras, percebemos que essas interações desempenham um papel crucial na formação de relacionamentos saudáveis e na resolução de conflitos entre os pares, à medida que as crianças aprendem a compartilhar, a esperar a vez do outro e a negociar regras ou soluções.

Nesse sentido, Barbosa (2007) explica que as crianças têm um modo ativo de ser e habitar o mundo, constantemente criando relações sociais, aprendendo e absorvendo conhecimento desde muito cedo. Sua inserção no mundo ocorre através da observação das atividades dos adultos, bem como da sua participação única, que lhes permite criar suas próprias sínteses e expressões. Brincar ao ar livre desempenha esse papel essencial no desenvolvimento das crianças e uma das formas mais comuns para que isso aconteça é por meio das atividades realizadas em espaços públicos, como as praças. Assim sendo, foi possível observar que elas ocupam o lugar realizando atividades comuns dessa faixa etária.

Os meninos que possuem entre oito e nove anos de idade, geralmente, não estão na companhia de adultos e costumam jogar bola. Eles se organizam entre si e definem em qual posição eles irão jogar. Ademais, conseguem chegar há um consenso e são articulados, revezando sempre as posições de cada um. Essas mesmas crianças já possuem um vínculo com o lugar e quase que diariamente brincam juntos, sendo possível observar alguns outros momentos deles, e que a forma predileta de estar no lugar é sempre da mesma forma para jogar bola ou andar de bicicleta juntos.

As meninas brincam bem menos nesse lugar. Aquelas que frequentam tem por volta de um a sete anos de idade e estão sempre acompanhadas dos pais ou de algum adulto responsável. As meninas maiores utilizam bem mais os brinquedos da praça do que os meninos. Durante a observação, identificamos que elas costumam levar bonecas, panelinhas e brinquedos de utensílios de cozinha para brincar de fazer comida com a areia e as folhas de árvores. Além disso, as meninas brincam de outras brincadeiras, como esconde-esconde, amarelinha e pular elástico. Notamos que as brincadeiras dos meninos e meninas são diferentes e por isso eles acabam por não brincarem juntos.

Durante a pesquisa, também observamos a ocupação das crianças na Praça da Preguiça, que é pouco frequentada por crianças. Isso acontece principalmente devido à localização dessa praça no centro da cidade, onde há um maior fluxo de meios de transporte e pessoas. Entre todas as praças, a Praça da Preguiça é a que menos atrai crianças, e quando elas estão presentes, geralmente é na companhia de adultos. Ressaltamos que a referida praça aos finais de semana recebe alguns brinquedos como: cama elástica e castelo de bolinhas, entretanto, para brincar é necessário pagar, o que inviabiliza o acesso já que nem todas as crianças podem usufruir desses brinquedos por questões financeiras. O que acaba por excluir algumas crianças que não possuem recursos financeiros para brincar nesse espaço, que embora público, torna-se privado. Isso nos leva a refletir sobre as questões socioeconômicas envolvidas e como o capitalismo pode afetar o direito ao lazer e ao brincar das crianças em espaços públicos.

O município conta também com uma quadra esportiva, que atualmente é utilizada pelas crianças somente para as atividades físicas promovidas pelas escolas locais, como atividade obrigatória do currículo escolar. Enquanto o estádio de futebol é frequentemente utilizado para eventos esportivos e competições, já o local próximo a Lagoa do Pico fica mais distante do centro da cidade e é bastante utilizado pelos adultos para

a prática de exercícios físicos, sendo frequentado pelas crianças que vivem nas redondezas. Ambos os locais são frequentados por famílias, mas é importante salientar que eles não são especificamente projetados como espaços para o brincar, como parques infantis, por exemplo. Diante disso, cabe então refletir acerca da organização desses espaços:

Permitir a liberdade de movimentos e primar pela segurança, ter flexibilidade para alterações de uso, considerando imprevistos, e despreensão para assumir uma falta de definição do uso, ter uma área indefinida, que permita ser preenchida de acordo com a criatividade infantil (Abreu, 2016, p.67).

Abreu (2016) complementa ainda que no contexto pós-moderno, testemunhamos o surgimento de tecnologias inovadoras que promovem uma profunda transformação nas cidades. À medida que a sociedade evolui, a imagem se torna um elemento crucial no universo do marketing de produtos e mídias, exercendo um poderoso impacto nas vendas. Infelizmente, a infância se vê envolvida nesse cenário, em que o ato de brincar é ligado à aquisição de certos brinquedos, alimentando assim um consumismo desenfreado.

Diante do que foi observado, pontuamos algumas limitações em relação à disponibilidade de espaços públicos adequados para as crianças na cidade de Maravilha/AL. No entanto, é possível constatar que, mesmo diante dessas restrições, as crianças continuam brincando nos espaços públicos e que a presença ativa das crianças nesses locais demonstra a adaptação que as crianças possuem em se apropriar dos espaços. Embora existam desafios relacionados à oferta de ambientes mais adequados, a resistência do brincar infantil sugere a necessidade de investimentos e planejamento urbano que priorizem a criação de espaços públicos seguros, inclusivos e propícios ao desenvolvimento integral das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre as cidades e as crianças revela-se como um elemento fundamental para o desenvolvimento saudável da infância, o que implica pensar a construção da infância na atualidade, de modo que a ocupação ativa das crianças nos espaços públicos ultrapassa a simples utilização física dessas áreas, uma vez que esses espaços desempenham um papel essencial na formação das memórias e na construção de um desenvolvimento integral, desde as atividades lúdicas até as interações sociais e o processo de aprendizado. Dessa forma, as crianças emergem como cidadãos ativos na sociedade, conferindo significado à realidade que as envolve como indivíduos com expressões e culturas próprias.

Ao observar os espaços públicos do município de Maravilha - AL, percebemos que as crianças ocupam a Praça Trindade e, mesmo diante de desafios e contrariedades, reinventam formas de brincar e interagir, contribuindo para a formação de relacionamentos saudáveis e a resolução de conflitos entre os pares infantis. As crianças exploram plenamente o espaço da praça, aproveitando suas habilidades motoras e corporais de maneira inventiva e criativa. Ao explorar o ambiente, não apenas desenvolvem suas habilidades físicas, mas também aprimoram aspectos

cognitivos e emocionais. As crianças são, sem dúvida, agentes transformadores e sujeitos que, a seu modo, vão ocupando o espaço público.

Em outros lugares da cidade, onde não são destinados diretamente para elas, há a presença das crianças, mas não é frequente. No entanto, é importante destacar que faz parte das relações humanas a convivência entre pessoas de diferentes idades, e isso nota-se quando as crianças frequentam o estádio de futebol em dias de jogos e a Lagoa do Pico, ao acompanhar os pais nas práticas de exercícios físicos. A Praça da Preguiça, que aos fins de semana recebe brinquedos particulares, não sendo acessível a todas as crianças, inviabiliza o brincar, pois as crianças acabam se sentindo retraídas e excluídas. Esse cenário acaba excluindo aquelas crianças que não possuem recursos financeiros para desfrutar desses brinquedos, transformando um espaço público em uma experiência mais restrita e de certa forma, privada.

Considerando a importância do respeito aos direitos das crianças, é fundamental que gestores públicos municipais reconheçam e valorizem essa ocupação infantil, garantindo espaços adequados e seguros para que as crianças possam exercer seu direito de brincar e se desenvolver. Há muito o que melhorar para garantia desse direito, e se faz necessário ouvir o que as crianças têm a dizer sobre os lugares que desejam frequentar e como isso pode contribuir para a construção de políticas públicas efetivas, que extrapolam os muros da escola, que, muitas vezes, é o único lugar com condições efetivas para brincar.

Em suma, destacamos o escasso ou inexistente investimento em espaços de lazer para crianças em Maravilha/AL, indicando a falta de priorização dos governantes locais em relação às necessidades e direitos das crianças, assim como o cuidado com a manutenção e conservação dos espaços públicos destinados para o brincar livre. Investimentos nessa área é fundamental para o desenvolvimento infantil, o que demanda uma atenção para a garantia de espaços adequados e seguros, onde as crianças possam brincar e exercitar sua criatividade e inventividade, mas, principalmente, que o direito ao brincar faça parte de uma agenda política.

REFERÊNCIAS

ABREU, Camila Mayra Heck Maia de. **Lugares do brincar na infância urbana: análise do ambiente e do comportamento infantil em áreas de lazer de edifícios residências multifamiliares em Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). PROPAR/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <https://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/148310/001001680.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 out. 2022.

ALVES, Fernando Donizete et al. **Brincar como prática social da pequena infância em contexto de Educação Infantil: aprender para vida**. São Carlos: UNISINOS, 2019. ISSN: 2177-6210. DOI: 10.40.13/edu.2019.232.10. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/articl>

e/view/edu.2019.232.10/60746963. Acesso em: 20 mar. 2023.

ANJOS, Cleriston Izidro dos.; GOBBI, Marcia Aparecida. Apresentação do dossiê temático: perspectivas para pensar as cidades: infâncias, educação, democracia e justiça. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 40, p. 13-24, 2020. DOI: 10.22481/praxisedu.v16i40.6986. Disponível em: <https://periodicos2.ue.sb.br/index.php/praxis/article/view/6986>. Acesso em: 27 maio 2023.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1059-1083, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/KsN57fkpqH35MtdpqCHfmZL/?lang=pt#>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 27 mai. 2023.

CASTRO, Michele Guedes Bredel de. Implicações teórico-metodológicas da pesquisa científica com crianças. **Cadernos da Fucamp**, v. 15, n. 23, 2016. p.01- 14. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/667/515>. Acesso em: 15 de set. 2023.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Trad. Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3. Ed., Florianópolis, Editora da UFSC, 2007.

COTRIM, Gabriela Souza et al. Espaços Urbanos para (e das) Brincadeiras: Um Estudo Exploratório na Cidade de Salvador (BA). **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, v. 11, n. 1, p. 50-61, 2009. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/894>. Acesso em: 15 mar. 2023.

DIDONET, Vital. Da criança cidadã à cidade com crianças. In: LOEB, Rodrigo Mindlin; LIMA, Ana Gabriela Godinho (orgs.). **Cidade, Gênero e Infância**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2021, p. 26-35.

DODGE, Janine; MARTINS, Marilena Flores. A ambiência lúdica na vida das crianças. In: LOEB, Rodrigo Mindlin; LIMA, Ana Gabriela Godinho (orgs.). **Cidade, Gênero e Infância**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2021, p. 148-169.

FARIA, Ana Beatriz Goulart de. A cidade é de quem quiser!. In: LOEB, Rodrigo Mindlin; LIMA, Ana Gabriela Godinho (orgs.). **Cidade, Gênero e Infância**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2021, p. 38-41.

FRANCISCHINI, Rosângela.; FERNANDES, Natália. Os desafios da pesquisa ética com crianças. **Estudos de Psicologia I**, Campinas, 2016. P. 61-69. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752016000100007c>. Acesso em: 20 jul. 2023.

GOBBI, Marcia Aparecida. Ocupações e infância: crianças, luta por moradia e culturas infantis na cidade de São Paulo. **Crítica Educativa**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 9-24, 2017. DOI: 10.22476/revcted.v2i2.93. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/93>. Acesso em: 27 mai. 2023.

GOBBI, Marcia Aparecida. Entre a casa, a rua e a escola: o que o menino viu? Itinerários de uma criança em São Paulo. **Revista Teias**, v. 19, n. 52, p. 1-20, 2018. DOI: 10.12957/teias.2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/tei/v19n52/1518-5370-tei-19-52-0008.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2023.

GOBBI, Marcia Aparecida et al. “A rua é nóiz”: por uma formação de professores da e na cidade. In: ANJOS, Cleriston Izidro, et.al, (Orgs). **Por uma educação emancipatória: lutas e resistências em defesa das infâncias**. Maceió: EDUFAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2021, p.111-127.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

LOPES, Jader Janer Moreira. Geografia da Infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias. **Revista de Educação Pública**, v. 22, n. 49/1, p. 283-294, 2013. DOI: 10.29286/rep.v22i49/1.915. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/915>. Acesso em: 28 mai. 2023.

LOPES, Jader Janer Moreira. Geografia da Infância, espaços desacostumados e mapas vivenciais. In: SANTOS, Maria Walburga dos; TOMAZZETTI, Cleonice Maria;MELLO,Suely Amaral. **Eu ainda sou criança: educação infantil e resistência**. São Carlos, São Paulo: EDUFSCar, 2018, p. 123-136.

LOPES, Jader Janer Moreira; FERNANDES, Maria Lidia Bueno. A criança e a cidade: contribuições da Geografia da Infância. **Educação**, v. 41, n. 2, p. 202-211, 2018. DOI: 10.15448/1981-2582.2018.2.30546. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/30546>. Acesso em: 21 mai. 2023.

LOPES, Jader Janer Moreira.; FICHTNER, Bernd. O espaço de vida das crianças: contribuições dos estudos de Marta Muchow às crianças e suas espacialidades. **Educação Pública**, Cuiabá. v. 26, n.63, p. 755- 774. set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/o>

js/index.php/educacaopublica/article/view/5564. Acesso em: 12 abr. 2023.

MACHADO, da Luz Giordana.; KUHNEN, Ariane. O Uso dos Espaços Urbanos pelas Crianças: Explorando o Comportamento do Brincar em Praças Públicas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. 2013, 26(3), 552-560. ISSN: 0102-7972. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18828877015>. Acesso em: 15 jul. 2023.

PITO, Juliana Diamante. **Bebês, presente! Produção do espaço, cotidiano e luta na Ocupação Ipiranga**. 2023. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

SCHNEIDER, Maria Luísa. **Brincar é um modo de dizer: Um estudo de caso em uma escola pública**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC, Florianópolis, 2004.

SANTOS, Maria Walburga dos. Crianças também habitam cidades: realidades invisíveis; direitos, invenções, e inversões possíveis. In: ANJOS., Cleriston Izidoro et al. (orgs.). **O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal**. São Paulo: FEUSP, 2022. p.98-120.

SCHÉRER, René. **Infantis**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. Infâncias e o direito à cidade em São Gonçalo: investigando a participação de crianças na cidade. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 40, p. 164-183, 2020. DOI: 10.22481/praxisedu.v16i40.6895. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6895>. Acesso em: 25 mai. 2023.

Contato das autoras:

autora: Jennyffer Mayrla Silva Bezerra
e-mail: jennyffermayrla.edf@gmail.com

autora: Karla de Oliveira Santos
e-mail: karla.oliveira@uneal.edu.br

Manuscrito aprovado para publicação em: 04/08/2025